

Novo pacote pode sair por decreto-lei

Brasília — O governo deseja evitar o uso do decreto-lei para baixar o pacote econômico que considera imprescindível para reduzir o déficit público e reordenar a economia. As 9h, no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o ministro do Planejamento, João Sayad, tentarão montar uma estratégia com os membros do conselho político — formado pelas lideranças do governo no Congresso — para que o pacote passe no Congresso Nacional, pois o governo teme a sua rejeição.

Entre outras medidas, o pacote prevê a criação de novos impostos, e o descontentamento que isso causa já foi captado nas bancadas dos vários partidos. Para evitar o impasse, os ministros da área econômica têm mantido constantes contatos com os líderes da Aliança Democrática tendo em vista o curto prazo até o recesso parlamentar — que começa no dia 5 de dezembro — o governo deverá enviar o pacote ao Congresso amanhã, ou, no mais tardar, até sexta-feira.

Mas, segundo fontes do governo, caso o pacote seja rejeitado no Congresso, o presidente José Sarney não abrirá mão do uso do decreto-lei. Sua promessa de que não usaria este instrumento foi quebrada na semana passada, após a liquidação extrajudicial dos bancos Auxiliar, Comind e Maisonnave. Foi através de decreto lei que o presidente instituiu a correção monetária dos passivos de instituições financeiras liquidadas.

A reunião de hoje será aberta pela exposição de motivos dos ministros da área econômica, que tentarão esclarecer todos os detalhes do pacote às lideranças do PMDB e do PFL no Congresso. Os ministros tentarão demonstrar que, ao contrário dos rumores, o pacote não penalizará, através de impostos, os assalariados de renda média e baixa. O presidente Sarney não ficará até o fim da reunião, pois tem viagem marcada às 10h para o Rio, onde participa de almoço, no "Museum" de Arte Moderna (MAM), em homenagem a dona Niomar Muniz. Após sua saída da reunião, o ministro Dilson Funaro assumirá o comando dos trabalhos.

As medidas fundamentais contidas no pacote econômico do governo são as seguintes: área tributária:

- 1) Isenção do Imposto de Renda na fonte para quem ganha até seis salários-mínimos (Cr\$ 4 milhões 800 mil), redução do desconto em folha para quem ganha até Cr\$ 30 milhões e aumento da alíquota para os que recebem mais de Cr\$ 36 milhões (ou acima de 50 salários mínimos, Cr\$ 30 milhões).
- 2) Obrigatoriedade de as 3 mil maiores empresas do país (com lucro superior a 40 mil ORTNs anuais, Cr\$ 2 bilhões 500 milhões) apresentarem declaração semestral de rendimentos. Estas empresas deverão ter seus lucros com especulação financeira taxados;
- 3) Aumento da tributação no open market e transformação do Imposto de Renda incidente sobre as operações em Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- 4) Tributação das operações em bolsa nos mercados a termo e futuro, excluídas as commodities (produtos agrícolas).

Na área administrativa, são as seguintes:

- 1) Corte de 10% a 20% nas despesas de custeio da administração federal direta, indireta e empresas estatais;
- 2) Corte de 10% a 20% nos contratos da União com empresas prestadoras de serviços. Os cortes não deverão atingir os investimentos considerados prioritários no orçamento da União para 1986.
- 3) Privatização de empresas estatais, medida com a qual o governo espera arrecadar Cr\$ 15 trilhões no próximo ano. A primeira relação de empresas a serem privatizadas — cerca de 20 — acompanhará o pacote econômico.
- 4) A criação de um "recolhimento compulsório" sobre os depósitos de caderneta de poupança dos conglomerados financeiros privados e da Caixa Econômica Federal para formar um fundo especial destinado, exclusivamente, ao financiamento de habitações populares.